



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE INDAIATUBA - 0077

[A partir de 3001 processos]

Aos 6 dias do mês de fevereiro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4. Presentes a Juíza Titular ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	INDAIATUBA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	24/11/1992
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	22/02/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	12 %
Acervo PJe/Acervo Total:	88 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/02/2017 a 17/02/2017	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
20/02/2017 a 24/02/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
01/03/2017 a 03/03/2017	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
19/06/2017 a 19/06/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/06/2017 a 18/07/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
19/07/2017 a 06/08/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
07/08/2017 a 13/08/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
14/08/2017 a 18/08/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/10/2017 a 18/11/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 15/01/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ADELIA WEBER LEONE ALMEIDA FARIA	03/08/2017 a 06/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	17/04/2017 a 23/04/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO	18/02/2017 a 28/02/2017
CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO	01/03/2017 a 03/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
25/02/2017 a 25/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
26/02/2017 a 26/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
27/02/2017 a 27/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
28/02/2017 a 28/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
GUSTAVO ZABEU VASEN	19/07/2017 a 17/08/2017
GUSTAVO ZABEU VASEN	18/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	24/04/2017 a 16/05/2017
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	07/08/2017 a 13/08/2017
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	07/02/2018 a 14/02/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 15/01/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	07/01/2017 a 07/02/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	20/10/2017 a 18/11/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	19/11/2017 a 19/11/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	19/06/2017 a 19/06/2017
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	20/06/2017 a 18/07/2017
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	19/07/2017 a 06/08/2017
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	14/08/2017 a 18/08/2017
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	19/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	07/01/2017 a 19/12/2017
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	08/01/2018 a 14/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
07/02/2018 a 14/02/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisão e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA LUCIA DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	23/06/1997
ANDRE LUIZ DE MOURA	TJA	-	15/03/2012
ANDREZA MARA CITTI DE CASTRO ESPOZ	TJA	-	16/07/2015
ARTUR BENEDITO DE VASCONCELOS	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/01/2003
ELIZABETH DE MORAES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/02/1993
ERIKA SALOMAO AROS ROSA	AJ-OJA	-	17/07/2017
FERNANDA MACIEL MENDONCA MENDES	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	15/08/2005
GUSTAVO SERGIO DO AMARAL	AJ-OJA	-	25/10/2002
HARUBAL TEZUKA	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	27/10/1993
JAQUELINE CORREA DE OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/12/2013
JOAO WALTER RIBEIRO CORREA JUNIOR	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	21/11/2016
SILVANA BOMFILIO VEDRONI	TJA	FC-04 CALCULISTA	21/07/2003
SILVANA IRMA DE SOUZA	TJASD	-	14/06/1993
VANIA DE CASSIA PEDROSO BRUNETTI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	03/08/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			12
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	1
FALTA JUSTIFICADA SEM VENCIMENTOS	1
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	59
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE APÓS 720 DIAS	150
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
LICENÇA PATERNIDADE	5
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
TOTAL	414



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA LUIZA WERNER MATOBA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
GIULIA TAFNER MILONI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
MARCELA FALSONI SALA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN	92
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	16
SALETE YOSHIE HONMA BARREIRA	21

SERVIDORES	HORAS
ANDREZA MARA CITTI DE CASTRO ESPOZ	200



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.446	2.424	---
	Aguardando encerramento da instrução	906	1.089	---
	Aguardando prolação de sentença	296	238	---
	Aguardando cumprimento de acordo	743	407	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.078	2.073	---
	Pendentes de finalização	6.467	6.229	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	784	618	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	404	340	---
	Pendentes de finalização	1.188	957	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.157	1.521	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	96	100	---
	Pendentes de finalização	1.253	1.623	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	13	13	---
TOTAL		8.921	8.823	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.470	2.387	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.419	1.206	---
	Aguardando prolação de sentença	221	182	---
	Aguardando cumprimento de acordo	544	402	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.893	5.825	---
	Subtotal	6.547	6.041	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	770	660	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	685	761	---
	Subtotal	1.110	1.128	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.290	1.435	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	789	781	---
	Subtotal	1.410	1.631	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	27	118	---
TOTAL		9.094	8.918	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	529	518	167
Exceções de Incompetência	17	7	16
Antecipações de Tutela	649	630	20
Impugnações à Sentença de Liquidação	32	17	54
Embargos à Execução	127	108	113
Embargos à Arrematação	1	0	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	13	13	7
TOTAIS	1.368	1.293	379

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	458	373	196
Exceções de Incompetência	14	39	3
Antecipações de Tutela	725	799	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	49	4	62
Embargos à Execução	106	46	127
Embargos à Arrematação	0	0	2
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	20	14	15
TOTAIS	1.373	1.276	411



6 - RECURSOS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.335	1.216	239
Recurso Adesivo	77	56	29
Agravo de petição	70	62	17
Agravo de Instrumento	23	7	11
TOTAIS	1.505	1.341	296

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.012	1.054	149
Recurso Adesivo	60	50	13
Agravo de petição	30	22	10
Agravo de Instrumento	12	8	4
TOTAIS	1.114	1.134	176



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	1.369	262	300	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.529	415	408	---
Total / Média	3.898	361	382	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	1.249	271	307	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.230	450	420	---
Total / Média	3.479	386	393	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	550	34	29	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.379	56	40	---
Total / Média	1.929	50	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	256	192	230	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	537	224	247	---
Total / Média	793	213	244	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	838	876	1.975	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	11	974	918	---
Total / Média	849	877	1.909	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	1.201	286	253	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.211	486	385	---
Total / Média	3.412	415	351	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	1.120	300	258	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.075	514	384	---
Total / Média	3.195	439	350	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	587	48	30	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.416	67	40	---
Total / Média	2.003	62	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	402	287	263	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	637	337	293	---
Total / Média	1.039	318	286	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	695	1.383	2.158	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	3	2.633	1.375	---
Total / Média	698	1.389	2.107	---

*Do início até a extinção da execução

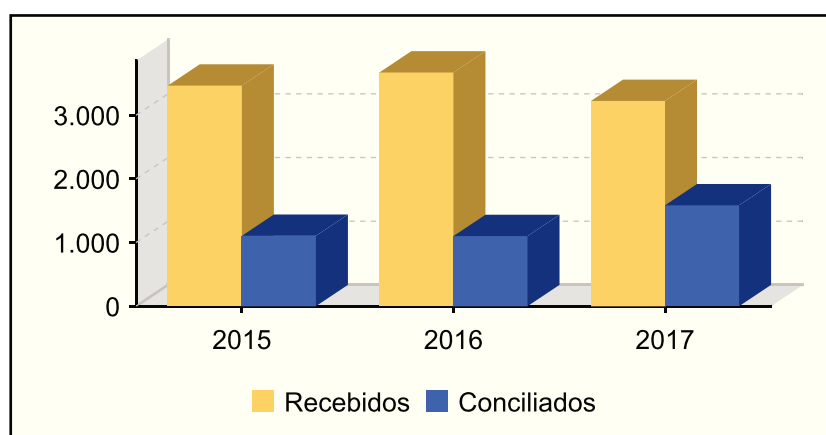


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

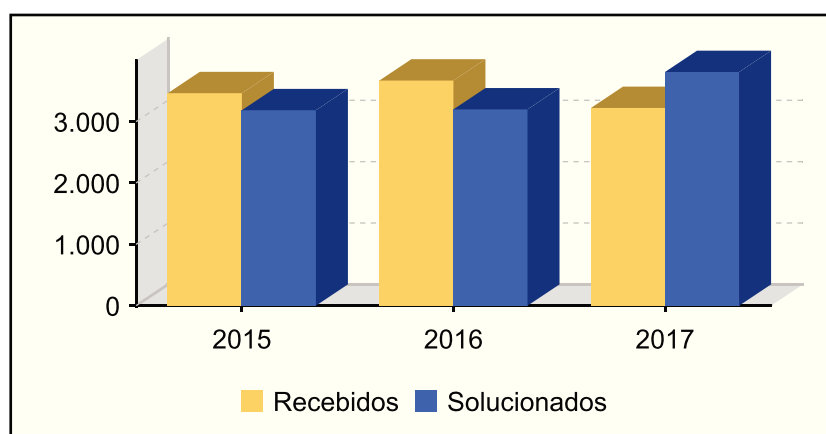
8.1 - Índice de conciliações [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	3.464	1.105	31,90
2016	3.670	1.101	30,00
2017	3.223	1.584	49,15



8.2 - Índice de soluções [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	3.464	3.186	91,97
2016	3.670	3.200	87,19
2017	3.223	3.809	118,18



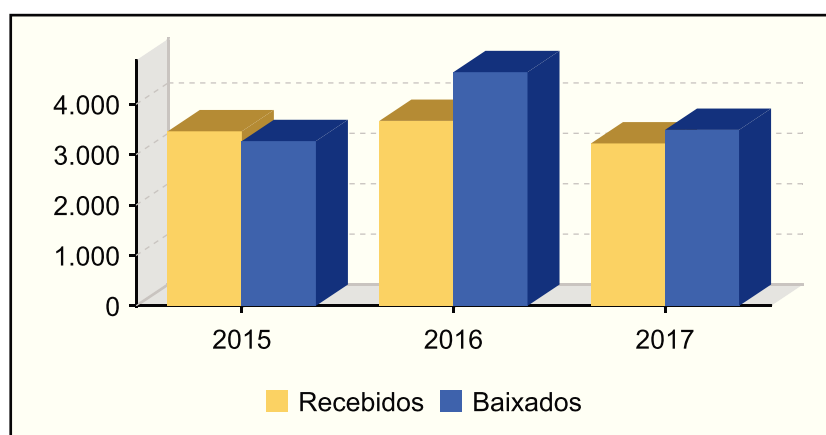


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

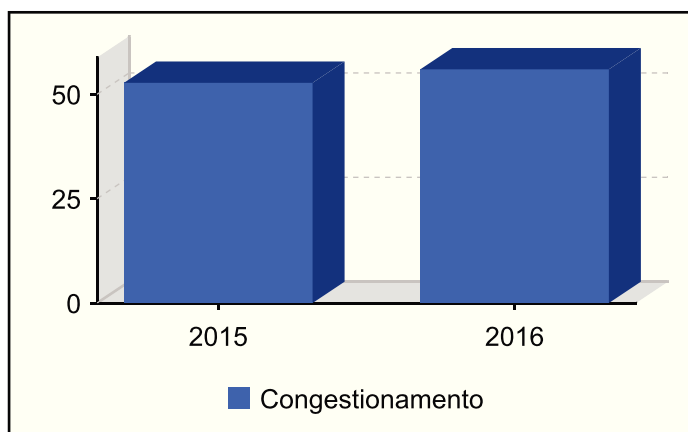
8.3 - Índice de baixas [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	3.464	3.269	94,37
2016	3.670	4.637	126,35
2017	3.223	3.492	108,35



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	3.279	3.464	3.186	52,75
2016	3.599	3.670	3.200	55,98



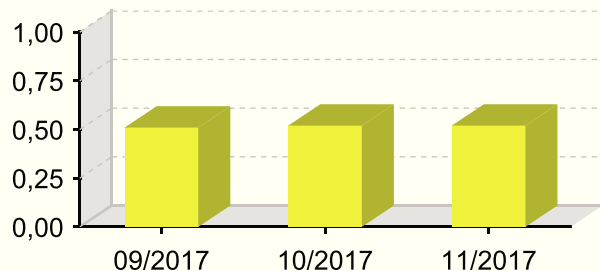


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

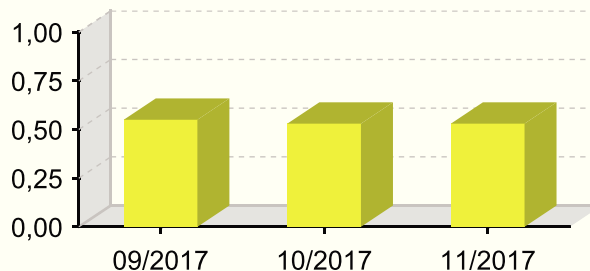
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
09/2017	0,51	0,55	0,60	0,58	0,43
10/2017	0,52	0,53	0,60	0,56	0,42
11/2017	0,52	0,53	0,60	0,56	0,42

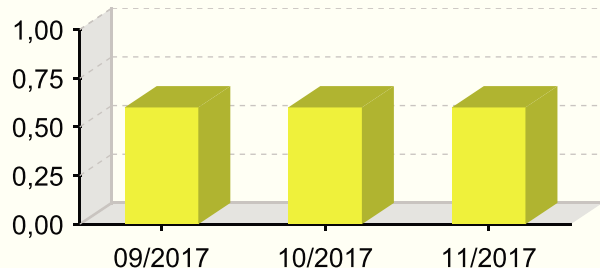
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



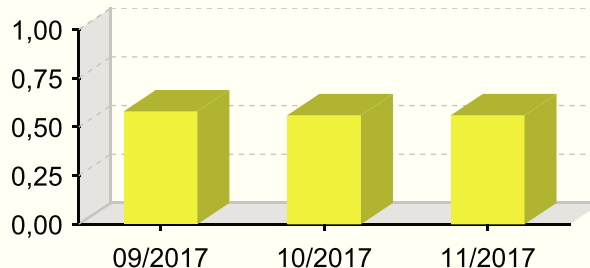
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



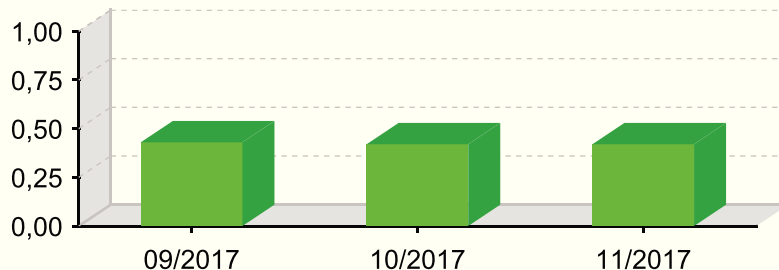
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.642	136,8	67,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.857	154,8	76,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	3.499	291,6	144,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	473	39,4	19,6
Incidentes Processuais Resolvidos	1.535	127,9	63,5
Dias-Juiz	725	60,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.589	93,5	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	22.055	141,4	68,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	36.644	234,9	114,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.266	40,2	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	14.231	91,2	44,3
Dias-Juiz	9.627	61,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.308	71,0	44,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	162.358	88,4	55,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	292.666	159,4	99,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.665	27,1	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	114.399	62,3	39,1
Dias-Juiz	87.879	47,9	---

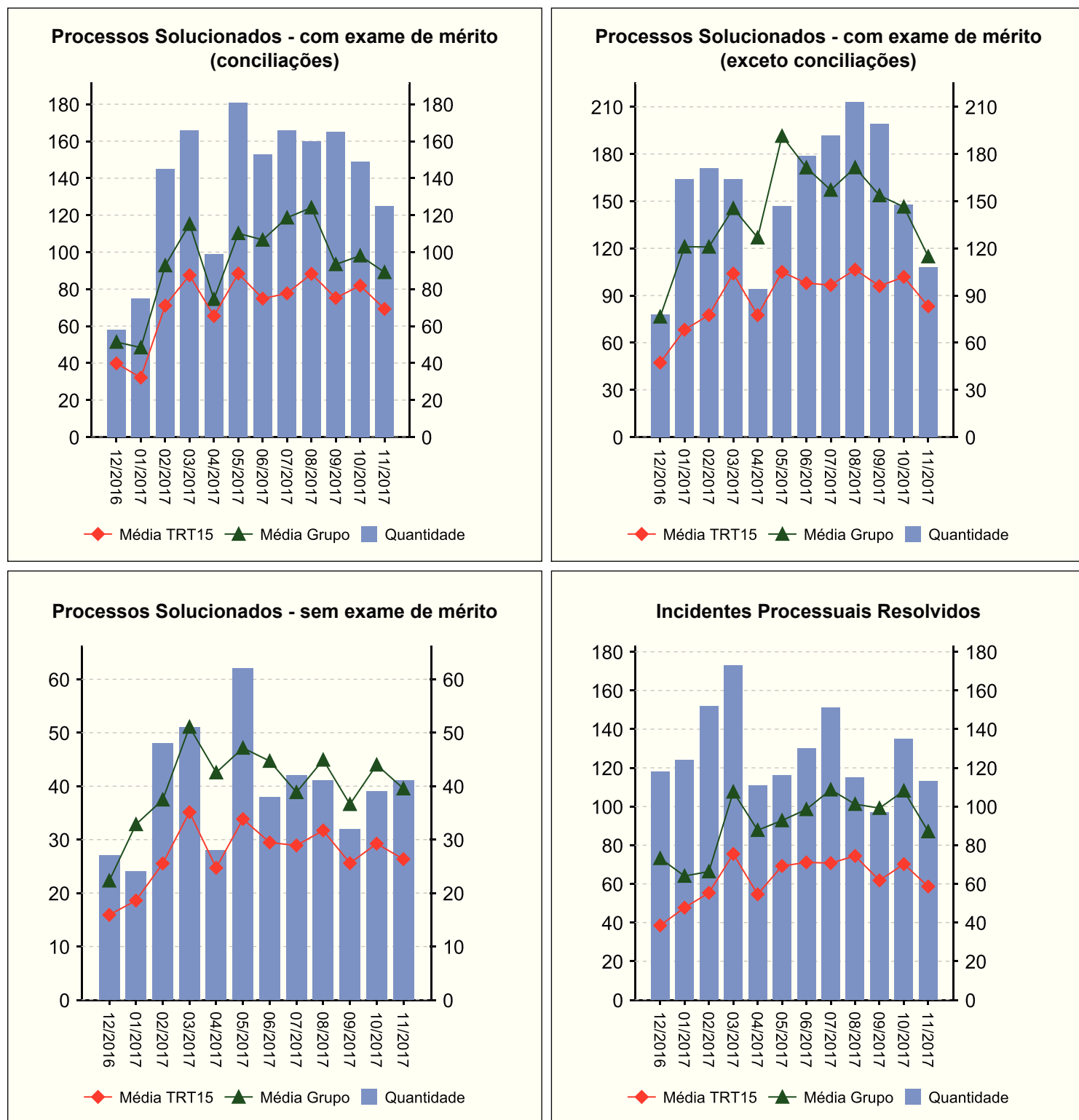
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	316	26,3	13,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	746	62,2	30,9
Sessões de audiência realizadas - una	3.108	259,0	128,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	251	20,9	10,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	122	10,2	5,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	3.854	321,2	159,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	373	31,1	15,4
Dias-Juiz	725	60,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	9.627	61,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.879	47,9	---



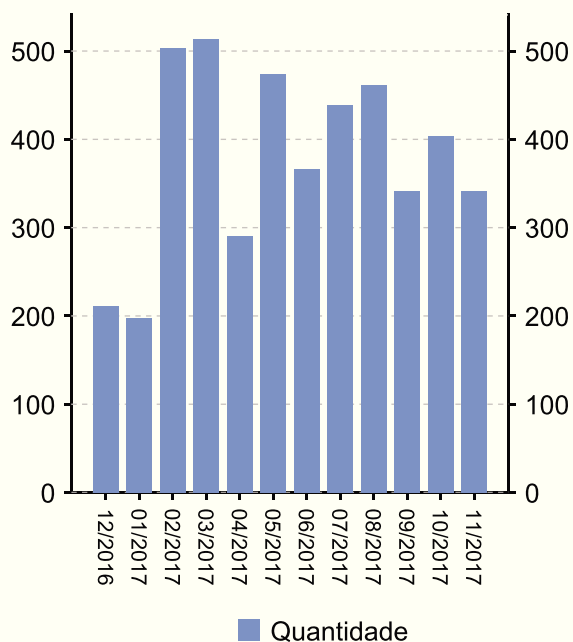
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

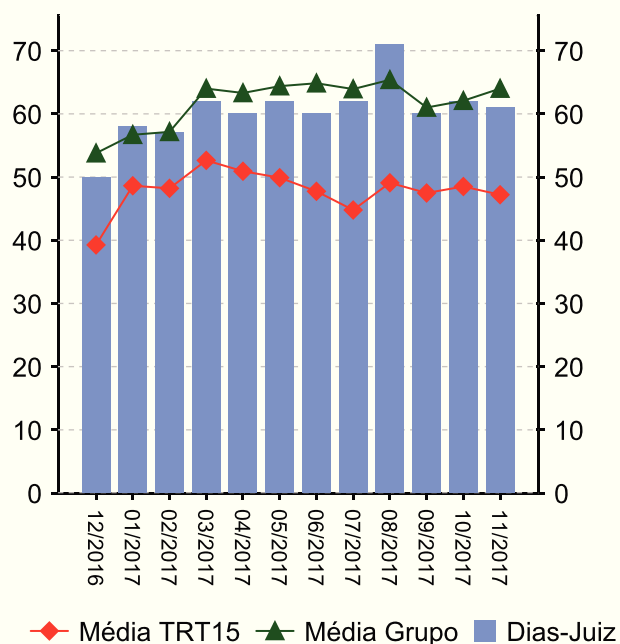
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
12/2016	14	5	73	24	95	211
01/2017	1	0	51	10	136	198
02/2017	10	7	141	35	310	503
03/2017	25	23	26	160	280	514
04/2017	22	25	3	90	151	291
05/2017	49	22	20	57	326	474
06/2017	10	0	0	84	272	366
07/2017	32	0	0	46	361	439
08/2017	40	15	2	59	345	461
09/2017	11	14	0	61	255	341
10/2017	22	7	0	55	320	404
11/2017	15	4	0	65	257	341
Total	251	122	316	746	3108	4543

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
12/2016	50
01/2017	58
02/2017	57
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	60
07/2017	62
08/2017	71
09/2017	60
10/2017	62
11/2017	61
Média Mensal	60,4



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.138	94,8	54,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.679	139,9	79,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.817	234,8	133,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	453	37,8	21,5
Incidentes Processuais Resolvidos	1.276	106,3	60,6
Dias-Juiz	632	52,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.711	94,3	52,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	17.555	112,5	62,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	32.266	206,8	114,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.809	43,6	24,2
Incidentes Processuais Resolvidos	11.498	73,7	40,8
Dias-Juiz	8.455	54,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

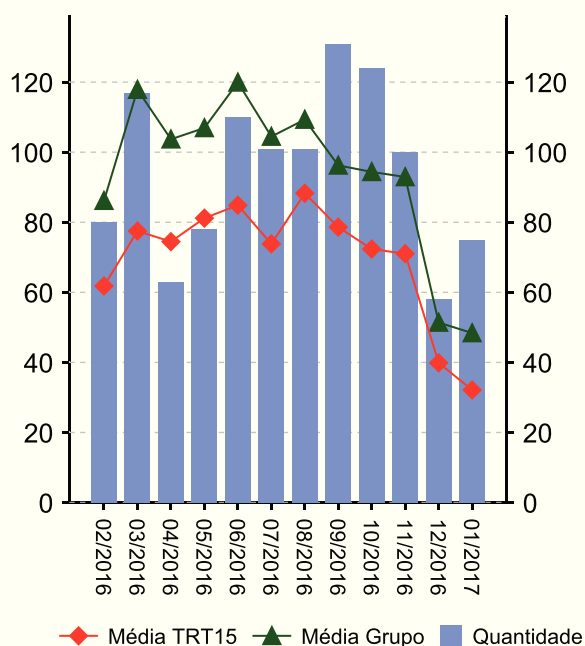
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

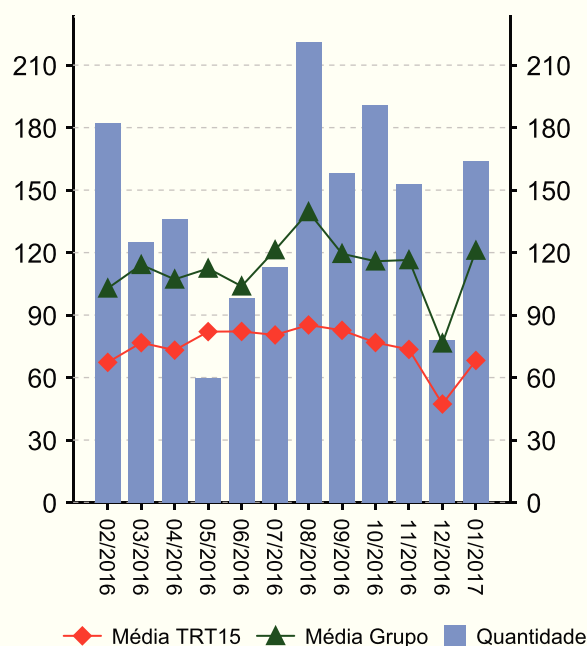
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

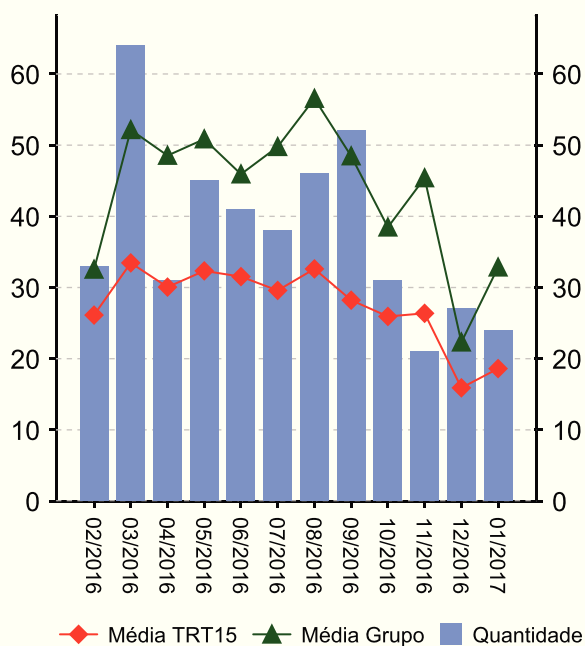
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



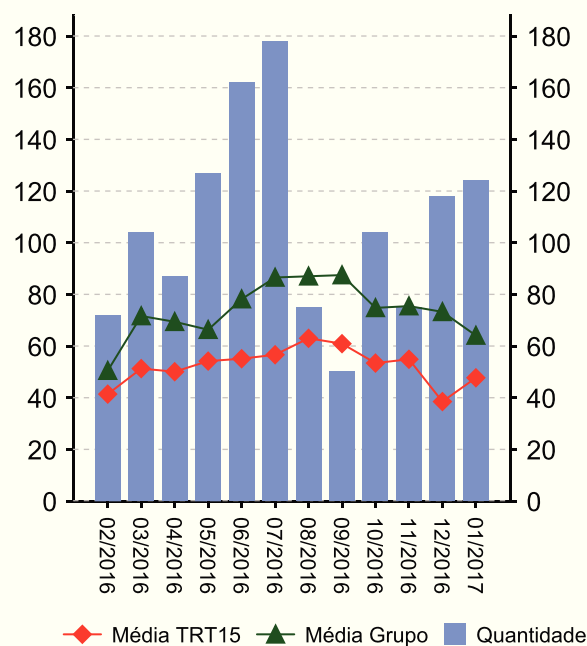
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	993	82,8	47,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	903	75,3	42,9
Sessões de audiência realizadas - una	2.265	188,8	107,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	194	16,2	9,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	179	14,9	8,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	3.168	264,0	150,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	373	31,1	17,7
Dias-Juiz	632	52,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	8.455	54,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



CORREIÇÃO ANTERIOR

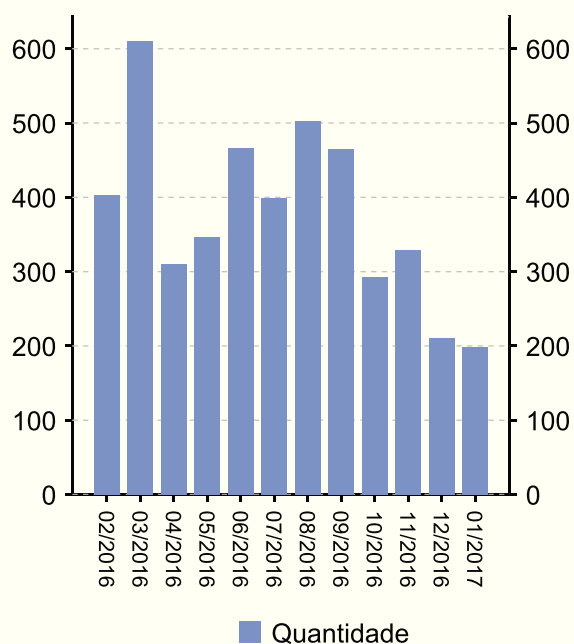
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

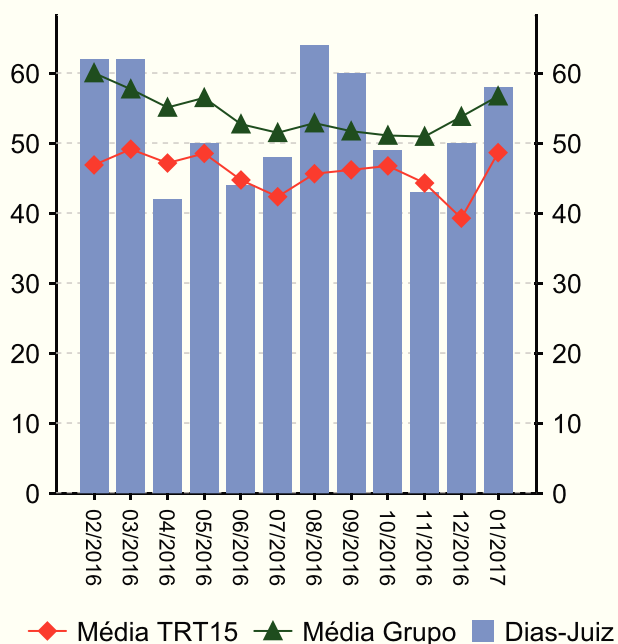
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	5	15	67	90	226	403
03/2016	30	29	148	144	260	611
04/2016	17	19	46	52	176	310
05/2016	17	21	59	83	167	347
06/2016	43	36	93	82	212	466
07/2016	22	4	116	154	103	399
08/2016	22	2	144	108	226	502
09/2016	5	15	77	46	322	465
10/2016	7	4	45	36	201	293
11/2016	11	29	74	74	141	329
12/2016	14	5	73	24	95	211
01/2017	1	0	51	10	136	198
Total	194	179	993	903	2265	4534

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	62
03/2016	62
04/2016	42
05/2016	50
06/2016	44
07/2016	48
08/2016	64
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	58
Média Mensal	52,7



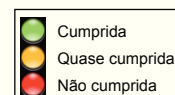
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

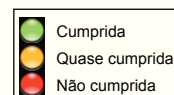
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
3223	3809	3017	0	293	346	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

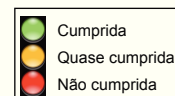
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
3464	3118	3252	0	346	69	20 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
841	1017	822	0	76	92	100 %





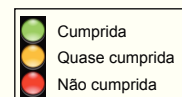
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

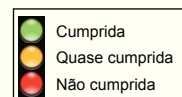
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
101	103	0	2	98 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
434	395	417	100 %





12 - ARRECADAÇÃO [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 180.432,63	R\$ 38.244,77	R\$ 0,00	R\$ 1.741.960,27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2006	1
2010	1
2011	2
2012	6
2013	12
2014	54
2015	294
2016	856
2017	2422



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
4002	13	2	15	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 2 assistentes de Juiz.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 12/1/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	16/12/2017	Data de corte:	7/1/208
Saldo:	5210	Saldo:	431
Data do mais antigo:	2/2/2016	Data do mais antigo:	3/8/2015
		Total:	5641

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (11/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,42, índice que teve variação positiva desde a última Correição (0,50 em 01/2017).

Esse resultado reflete, em parte, a evolução da TCE – taxa de congestionamento na execução. No mesmo período apresentou melhora (de 0,63 em 01/2017 a 0,53 em 11/2017), enquanto permaneceram estáveis nos últimos meses a variável Acervo (de 0,72 em 01/2017 a 0,73 em 11/2017) e a variável do Prazo Médio do Início ao Encerramento da Liquidação (0,62 em 01/2017 a 0,59 em 11/2017).

Por outro lado, houve variação nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,49 em 01/2017 para 0,52 em 11/2017, o que inspira maior atenção do gestor a esta fase processual.

Além disso, a Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e segue acompanhado. Até o momento, o plano de ação está sendo cumprido pela Vara.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 4338/2016.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 12/1/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): **não há.**

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Erika Salomão Aros Rosa	7	4/5/2017
Gustavo Sérgio do Amaral	2	10/11/2017
TOTAL:	9	

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Erika Salomão Aros Rosa	105	29/9/2017



Gustavo Sérgio do Amaral	137	28/8/2017
TOTAL:	242	

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010041-88.2016.5.15.0077, 0011478-67.2016.5.15.0077 e 0013578-92.2016.5.15.0077.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0001700-15.2012.5.15.0077, 0001332-06.2012.5.15.0077 e 0010499-42.2015.5.15.0077.

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 31/1/2018, verificou-se a existência de 759 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0002296-96.2012.5.15.0077, 0059600-34.2004.5.15.0077 e 0156800-07.2005.5.15.0077);

16.5 – designa audiências em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 122 no período de 12/2016 a 11/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente



liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,60 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Indaiatuba apresenta 60% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 60,4 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (61,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 67,9 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 45,5). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 76,8, novamente superando a média do grupo, de 68,7 (RARIA). Esse resultado elevou a média total de solucionados com exame de mérito, de 144,8 (RARIA) na Unidade, enquanto o grupo teve média de 114,2 (RARIA) no mesmo período.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 23/1/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM	QUANTIDADE	PRAZO ATÉ A
-------------	-----------------------	-------------------	--------------------



	REGULARIDADE ATÉ	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	-	-	-
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	4/7/2018	20	163
UNAS/Sum:	29/5/2018	18	127
INSTRUÇÕES/Ord:	2/7/2018	32	161
INSTRUÇÕES/Sum:	2/5/2018	3	100
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. É, também, utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial não são incluídos em pauta, não havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	7		1			8
	tarde	7		5			12
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	8		3			11
	tarde	9		3			12
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	7		2			9



	tarde	8		3			11
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã	9		2			11
	tarde	7		3			10
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são incluídos processos das fases de liquidação e execução. Disse, ainda, que as mediações são feitas por um Oficial de Justiça qualificado. Informou, também, que é referido servidor quem monta as pautas de mediação, de acordo com sua disponibilidade e em datas e horários em que os juízes estejam presentes.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 159,5 audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 361 dias, menor que o de seu grupo (382 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 262 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 415 dias. Indicando assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio diminuiu de 415 para 361 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente 161 dias para as instruções e 163 dias para unas (enquanto na última correição se aguardava, respectivamente, 600 e 300 dias).

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 906, quantidade menor que a média de seu



grupo (1089), demonstrando tendência de diminuição desde a última correição (era de 1419 na Vara).

Verificou-se que a Unidade realizou 4543 audiências, das quais 316 foram do tipo inicial, 746 de instrução, 3108 unas, 122 de conciliações na execução, 251 de conciliação no conhecimento.

Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Determina-se, outrossim, que se estude a viabilidade de implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

A Corregedoria sugere que todos os feitos que aguardam encerramento da instrução – ainda que se aguarde a realização de prova pericial, por exemplo – sejam incluídos em pauta, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

19 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 29/1/2018 e 31/1/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0012898-10.2016.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência - Designar audiência de CONCILIAÇÃO" desde 24/8/2017. Em 27/7/2017 houve pedido de designação de	Corrigir o fluxo processual e prosseguir com o feito. Os processos estão na tarefa desde o mês de agosto de 2017, sem audiência designada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		audiência de conciliação por parte da reclamada. Não houve apreciação deste pedido ou qualquer tramitação posterior. Situação semelhante ocorre com os processos 0012845-29.2016.5.15.0077 e 0011866-33.2017.5.15.0077.	
2	0013834-35.2016.5.15.0077	Processo eletrônico com tramitação preferencial na raiz da tarefa "Aguardando laudo pericial" desde 27/7/2017 (mais antigo). Foi designada perícia médica para 10/5/2017 e, até o presente momento, não foi juntado o laudo. Ademais, há outros 423 processos na raiz da tarefa, inclusive em situação semelhante.	Intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos, bem como contato com o perito nomeado para observância dos prazos. Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Ressalta-se a importância da correta gestão da tarefa e das subcaixas indicativas de prazos.
3	0011066-73.2015.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Análise do Conhecimento" desde 13/10/2017 (mais antigo). Em 12/11/2016 foi exarada sentença e a notificação da sentença restou infrutífera, assim como o mandado. Há outros processos em situação semelhante. Na tarefa são 477 processos pendentes (inclusive de tramitação preferencial) sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos e fazer a gestão da tarefa para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
4	0012736-15.2016.5.15.0077	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Cumprimento de providências". Foi designada audiência para oitiva da testemunha para o dia 9/8/2018 na 1ª VT de Campinas. O processo se encontra na raiz da tarefa desde 29/8/2017. Há outros 10 processos em situação semelhante.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Tramitar os processos e fazer a gestão da tarefa para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
5	0012944-62.2017.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Designar perícia" desde 18/10/2017. O processo foi distribuído em 16/10/2017 e logo movimentado para referida tarefa. Processo pendente de andamento desde então. Há outros 169 processos na mesma tarefa, sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos e fazer a gestão da tarefa para que feitos não permaneçam em tarefas intermediárias. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
6	0012408-51.2017.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Prazos vencidos" pendente desde 18/10/2017. Em despacho datado de 29/9/2017 foi determinada a apresentação de defesa e já nomeado perito e designada perícia, com respectiva data e	Analisar e tramitar os processos. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		prazo para apresentação de quesitos, documentos e laudo. O processo encontra-se pendente de análise na tarefa desde então. Há outros 444 processos na tarefa, sendo este o mais antigo.	07/2012.
7	0000227- 23.2014.5.15.0077	Processo eletrônico na raiz tarefa "Aguardando laudo pericial" desde 10/7/2017. Em 12/6/2017 foi nomeada perita contábil com prazo de 90 dias para entrega do laudo. Em 22/1/2017 foi solicitada dilação de 30 dias para entrega. O processo encontra-se na raiz da tarefa. Há outros 243 processos em situação semelhante, inclusive com tramitação prioritária, sendo este o mais antigo.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
8	0011607- 09.2015.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Publicar DJe - Liq". O processo encontra-se pendente na tarefa desde 6/10/2017.	Prosseguir com os feitos. Frisar-se ser essa uma tarefa intermediária, na qual os feitos não devem ser mantidos, mas que, no entanto, concentrava 600 processos na data da pesquisa.
9	0011712- 20.2014.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Oficial de Justiça" desde 20/7/2017, quando foi confeccionado o mandado de pesquisas básicas. Há outros 16 processos pendentes na tarefa.	Prosseguir com os feitos.
10	0010035- 52.2014.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando esclarecimentos periciais" desde 27/11/2017. O Exequente foi intimado da decisão de processamento dos embargos à execução. O Prazo venceu em 27/10/2017, sem manifestação. O processo se encontra pendente de intimação do perito para prestar esclarecimento acerca dos embargos. Há outros processos pendentes na mesma tarefa.	Prosseguir com os feitos.
11	0013677- 96.2015.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Análise de Execução" desde 29/11/2017. Em 20/10/2017 o reclamado foi intimado para se manifestar sobre o bloqueio efetuado em conta-corrente. Prazo vencido em 30/10/2017, sem manifestação. Há outros 175 processos pendentes na mesma tarefa, sendo este o mais antigo.	Analisar e tramitar os feitos, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
12	0002166- 09.2012.5.15.0077	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - OFICIAL DE JUSTIÇA" desde 21/2/2017 quando foi	Analisar e tramitar os feitos, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		confeccionado o mandado de pesquisas básicas. Não houve qualquer movimentação posterior. Há outros 226 processos pendentes na tarefa.	
13	0102500-95.2005.5.15.0077	Processo físico na ocorrência " DES - despacho" desde 9/2/2017, quando foi suscitado conflito negativo de competência, sem qualquer tramitação posterior. Há outros 30 processos pedentes na mesma situação, sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
14	0001444-38.2013.5.15.0077	Processo físico na ocorrência " LNS - lançamento de solução" desde 18/10/2017, quando foi registrada a ocorrência "LNS -Lançamento de Solução realizada" após audiência em execução realizada naquela data.	Tramitar os processos.
15	0001307-56.2013.5.15.0077	Processo físico na ocorrência " ROJ - remetido ao oficial de justiça" desde 25/2/2016, quando foi registrada tal ocorrência, após deferida a desconsideração da personalidade jurídica em decorrência da negativa da tentativa de penhora online. Não houve tramitação posterior. Há outros 13 processos pedentes em situação semelhante, sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos.
16	0035900-29.2004.5.15.0077	Processo físico na ocorrência " ROS - remetido do oficial à secretaria desde 11/1/2018. Em 13/02/2017 havia sido Remetido ao oficial de justiça. Há outros 17 processos pedentes em situação semelhante, sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos.
17	0001307-56.2013.5.15.0077	Processo físico na ocorrência " ROJ - Remetido ao oficial de justiça" desde 25/2/2016. Há outros 14 processos pedentes em situação semelhante, sendo este o mais antigo.	Tramitar os processos.
18	0104000-65.2006.5.15.0077	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). Em 12/8/2015 foi registrada como última ocorrência "RMA – Remetido ao Arquivo". Há outros 633 processos pedentes na mesma variável.	Tramitar os processos e regularizar os lançamentos e para que haja transparência no andamento processual e adequada contagem de prazos médios em cada fase.
19	0002230-53.2011.5.15.0077	Processo físico na variável 346 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de liquidação).	Tramitar os processos e regularizar os lançamentos e para que haja transparência no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		Em 28/3/2017 foi registrada como última ocorrência "PZO -Prazo - perito: apresentação de cálculos". Há outros 50 processos pedentes na mesma variável.	andamento processual e adequada contagem de prazos médios em cada fase.
20	0193200-20.2005.5.15.0077	Processo físico na variável 353 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de execução). Em 31/3/2016 foi registrada como última ocorrência "SEF -Suspendo por execução frustrada.". Há outros 270 processos pedentes na mesma variável.	Tramitar os processos e regularizar os lançamentos e para que haja transparência no andamento processual e adequada contagem de prazos médios em cada fase.
21	0000363-54.2013.5.15.0077	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (Embargos de declaração pendentes). Em 31/08/2017 foi registrada a ocorrência "RMT -Remessa ao E. TRT da 15ª Região para PROCESSAR RECURSO". Há outros 16 processos pedentes na mesma variável.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
22	0000379-13.2010.5.15.0077	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à execução pendentes). Em 18/04/2017 foi registrada a ocorrência "PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico". Há outros 14 processos pedentes na mesma variável.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
23	0003192-42.2012.5.15.0077	Processo físico com Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos de Declaração). Em 29/9/2016 - Conclusos os autos para decisão de Embargos de Declaração, mas não foi dada baixa no movimento. Há outros 159 processos com Embargos de Declaração pendentes, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.
24	0011367-20.2015.5.15.0077	Processo eletrônico com Incidente processual pendente no e-gestão (Exceções de Incompetência). Em 13/2/2017 foi rejeitada a exceção de incompetência por despacho. Há outros 16 processos com Exceções de Incompetência pendentes, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.
25	0013339-88.2016.5.15.0077	Processo eletrônico com Incidente processual pendente no e-gestão (Antecipações de Tutela) processo autuado com pedido de antecipação de tutela sem movimento de decisão para baixa no e-gestão. Há outros 19 processos com Antecipações de Tutela pendentes, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.



26	0191300-31.2007.5.15.0077	Processo físico com Incidente processual pendente no e-gestão (Impugnações à Sentença de Liquidação). Em 9/5/2016 foi Migrado ao Processamento Eletrônico, sem baixa no SAP1G. Há outros 53 processos com Impugnações à Sentença de Liquidação pendentes, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.
27	0010540-43.2014.5.15.0077	Processo eletrônico Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos à Arrematação). Em m 8/4/2015 o recurso ordinário da reclamada foi cadastrado com tipo de petição "impugnação à arrematação" e não houve baixa do movimento. Há outro processos com Embargos à Arrematação pendente, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.
28	0001044-24.2013.5.15.0077	Processo físico com Incidente processual pendente no e-gestão (Exceções de Pré-Executividade). Em 21/9/2016 foi migrado ao Processamento Eletrônico. Há outros 7 processos com Exceções de Pré-Executividade pendentes, sendo este o mais antigo.	Analisar e regularizar os movimentos processuais para baixa do incidente.

20 – CONSTATAÇÕES:

Preliminarmente, informaram que a servidora Ana Lúcia de Oliveira não mais faz parte da lotação de servidores da Unidade (faleceu), embora conste do item 3.1. desta ata, não sendo substituída até o momento.

A Unidade conta com apenas dois estagiários, contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Esclareceram que a estagiária Marcela Falsioni Sala, que constou do item 3.3 desta ata não mais atua na Unidade. Informou Exma. Juíza Titular que já está em conversação com o Município de Indaiatuba e com a universidade local para contratação de mais dois estagiários. Sugeriu-se a opção de estagiários das áreas de ciências econômicas e contábeis para auxílio nas fases de liquidação e execução.

No que diz respeito aos processos da Meta 2, ressaltou-se a necessidade de acompanhamento das cartas precatórias, dando-se preferência para colocação na pauta de instrução com urgência e, no caso das cartas precatórias expedidas, caso não haja resposta no prazo de 30 (trinta) dias, foram orientados a entrar em contato com o Juízo Deprecado



para agilização da providência e se, não atendido, a informar a Corregedoria para providências.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora insistiu para a colocação na pauta de audiências de mediação, os processos que dependem da realização de perícia, bem como audiência de instrução, no momento em que é designada a perícia. Sugeriu, ainda, que após a entrega do laudo pericial seja marcada audiências de mediação, mantendo a audiência de instrução já designada. Conciliadas as partes, a vaga da audiência de instrução é aproveitada para outro processo.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foram realizadas reuniões com o trio gerencial, na presença da Exma. Juíza Titular e com os Oficiais de Justiça.

20.1 - Reunião com o trio gerencial.

Preliminarmente, determinou-se a retificação, no prazo de 05 (cinco) dias, dos dados informados no item 15.1 desta ata, relativos aos processos sem tramitação, considerando-se que os dados apresentados não condizem com as quantidades e datas de movimentação de processos apuradas.

Apurou-se que há 3.477 petições não apreciadas. Observou-se que ao tramitar o processo, não vem sendo alterada a cor dos “balões”, provocando acúmulos injustificados nos agrupadores. Determinou-se a regularização e maior atenção quando do cumprimento da tarefa.

Observou-se o cadastramento indevido de petições (incidentes e recursos), por parte dos advogados, bem como elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestação, etc.). Sugeriu-se reunião com os advogados que atuam no Fórum objetivando o saneamento das ocorrências, que dificultam a gestão (petições inespecíficas) e impactam na estatística da unidade (recursos e incidentes cadastrados em duplicidade ou indevidamente).

Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”). Ressaltou-se que a versão 1.16 do Pje exige a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

Foram encontrados processos no agrupador “aguardando encaminhamento pelo Secretário de Audiência”, alguns devem apenas ser excluídos do agrupador, pois já foram



encaminhados para as tarefas correspondentes, mas a maioria está sem o devido andamento, com audiência já realizada (atas assinadas), devendo ser regularizado imediatamente. Verificou-se, ainda, a existência de diversos processos na tarefa “aguardando audiência”, com certidão de designação, mas sem o devido agendamento.

Orientou-se a Secretária de Audiências para que verifique, pelo menos uma vez por mês, se há processos na tarefa “aguardando audiência” (raiz) com audiência já realizada ou sem audiência designada, sanando as inconsistências e dando prosseguimento aos feitos.

Observou-se a existência de processos na raiz da tarefa “aguardando final de sobrestamento”, devendo ser alocados nas subcaixas de quinzena. Informaram que estão revisando a tarefa.

Foram orientados a alocarem nas quinzenas respectivas os cerca de 400 processos que ainda se encontram na raiz da tarefa “aguardando laudo pericial” para melhor administração.

Verificou-se a existência de 562 processos que aguardam publicação no DJe na fase de liquidação. Esclareceram que o acúmulo se deu por estarem apenas duas pessoas na fase, tendo a calculista saído de férias. Além disso, tiveram que aguardar os prazos da implantação da nova CLT.

Verificou-se a existência de processos com recurso, mas que foi iniciada a liquidação. Orientou-se para maior cuidado no lançamento, a fim de se evitar o aumento injustificado do prazo médio da liquidação.

Por outro lado, constatou-se a existência de processos com liquidação encerrada, mas que consta com a liquidação em aberto no e-gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, homologação de acordo ou redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Pje para informação de acordo, da mesma forma que existe para registro de exceção de incompetência e, havendo conciliação nessa fase, deve ser registrada o acordo pós-sentença.

Verificou-se, ainda, a existência de processos aguardando laudo pericial desde maio/2017 e que houve cobrança ao perito para a devolução, porém não foram alterados os prazos no Pje. Orientou-se para a remessa para as quinzenas correspondentes.

Ressalte-se que a Unidade já adota os procedimentos para liquidação de cálculos de acordo com a nova redação do art. 879 da CLT.

Verificou-se a existência de processos com o Oficial de Justiça desde julho/2016, diferentemente do informado pelo Diretor de Secretaria no formulário Pré-correição.



Determinou-se a correção dos dados no PROAD, bem com que seja apresentado plano para solução das diligências pendentes com o Oficial de Justiça.

Como já ficou constatado na ata da audiência de 2017, o Oficial de Justiça Gustavo Sérgio do Amaral é o único mediador da Unidade, tendo sido orientado à época da Correição anterior, que fosse revista sua atuação como mediador até que fosse regularizadas as pendências de diligências.

No entanto, diante dos ótimos resultados nas audiências de mediação relatados pela Exma. Juíza Titular e constatados nesta Correição, bem assim que a Oficiala de Justiça Erika Salomão Aros Rosa, lotada na Unidade desde julho/2017 estava passando por período de adaptação, mas já está em condições de auxiliar mais os trabalhos.

Constatou-se também que há processo paralisado na subcaixa do Oficial de Justiça, com mandado cumprido pelo Oficial de Justiça, devendo ser regularizado.

Ressaltou-se que o Diretor deve levar ao conhecimento da Juíza Titular todos os problemas que vierem a ocorrer na Secretaria, tanto na gestão de pessoas e materiais quanto na gestão de processos, entre eles os atrasos na tramitação e nas diligências dos Oficiais de Justiça, a quem cabe a decisão para a solução.

No que diz respeito à migração dos processos físicos para Pje, para maior otimização, sugeriu-se a colocação do relatório de ocorrências do processo, sendo desnecessária a digitalização de todos as peças e documentos do processo.

Orientou-se para o correto lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos. Salientou-se que parte dos recursos e incidentes em aberto são peças que foram cadastradas em duplicidade pelos advogados, não observados pela Secretaria, que lança resultado em uma das peças ficando a outra constando como pendente.

Orientou-se ainda para o correto lançamento dos valores decorrentes de acordos e pagamentos espontâneo e salientou-se a importância dos corretos lançamentos desses valores. Observou-se que as mais recentes alterações do Pje já disponibilizam o lançamento desses valores, devendo ser procedidos no momento do recolhimento.

Constatou-se a existência de processos paralisados nas ocorrências “carga com advogado” e “carga com perito”. Orientou-se a manterem o controle das cargas de processos a advogados e peritos, cobrando a entrega dos autos sempre que ocorra atraso na devolução, sob pena de busca e apreensão, além de outras medidas, a critério do Juiz.

Foram orientados a utilização das ferramentas SIMBA, SERASA e INFOSEG, já determinado na Correição anterior.



Ressalta-se a necessidade dos gestores e orientadores das equipes utilizarem os relatórios do e-gestão, como forma de controle de resultados e regularização de eventuais inconsistências, levando-se os resultados ao conhecimento da Exma. Juíza Titular.

Foi determinado aos gestores a não paralisação de processos em tarefas intermediárias e fragmentação de tarefas, como por exemplo os processos paralisados nas tarefas “designar perícia” e “análise de execução”.

Demonstrou-se a utilidade da “ferramenta de captura”, para anexação de documentos no Pje, como por exemplo, protocolos do Bacenjud, Renajud, Infojud e Arisp.

Orientou-se que a Unidade indique servidor com perfil para mediador para condução de audiências de mediação na fase de conhecimento.

A Exma Juíza Titular sugeriu que na realização de audiências de mediação pelo CEJUSC de Campinas na Unidade, as audiências possam ser acompanhadas pelo servidor indicado para mediador, como forma de treinamento. A Corregedoria encaminhará Ofício ao CEJUSC para as providências cabíveis.

No que diz respeito aos acordos extrajudiciais, a Exma. Juíza Titular esclareceu que ao receber o pedido, determina o recolhimento das custas e a juntada de todos os documentos relativos ao contrato do trabalho, incluindo recolhimentos previdenciários e fiscais, o que tem inibindo a ocorrência. Se juntados os documentos será analisada a possibilidade da homologação.

Solicitado para verificação o Processo 0221400-3.2006.5.15.0077, processo da meta 2 do CNJ, com audiência designada para 7/2/2018, constatou-se que as partes não foram intimadas, ficando prejudicada a audiência. O processo deverá ser levado à conclusão para inclusão com urgência em nova pauta, intimando-se imediatamente as partes, bem como deverá o Diretor de Secretaria atentar para que fatos como esses não mais ocorram.

Foi sugerida a adoção, a critério do Magistrado, da alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Orientou-se, ainda, para o contato com o setor competente na Corregedoria para instruções acerca dos procedimentos e cadastro de corretores.

Determinou-se que os gestores passem as presentes orientações aos orientadores das equipes e demais servidores.

20.2 - Reunião com os Oficiais de Justiça



Informaram que a Oficiala de Justiça Erika Salomão Aros Rosa recebeu as diligências da Servidora Lilian, que se aposentou em outubro/2016, devendo ser considerada para fins de contagem de prazo, a data em que a Oficiala recebeu as diligências. Além disso, antes da aposentadoria da Servidora, receberam muitas diligências de pesquisa eletrônica, gerando acúmulos, que se agravaram com o período de adaptação da Oficiala Erika, inclusive para conhecimento dos endereços do Município. Esclareceram que para minimizar o problema, fizeram uma separação de urgências, dando prioridade aos processos com audiência designada e pesquisa de processos físicos.

Informaram que ainda recebem várias diligências externas por motivo da prestação precária de serviço dos Correios. Informaram que em algumas vezes recebem notificações de audiência, muito próximas da data designada. O orientador da fase de conhecimento deverá ser orientado para que seja dada maior atenção na separação de processos para audiência com tempo suficiente para intimação das partes, inclusive contando com as deficiências do serviço dos Correios.

Salientaram a importância de terem acesso aos processos, inclusive para acompanhar as diligências que dependem de cumprimento e as já cumpridas e continuam como pendentes, além de poder dar maior efetividade à execução. Para tanto requereram seja lhes atribuído perfil de servidor no PJE.

Sugeriu-se, a critério da Juíza Titular, a elaboração de parametrização com fixação de prazo diferenciados de acordo com a complexidade da diligência, penhora de veículos conforme o ano de fabricação, penhora livre, entre outros, conforme a realidade local.

21 – RECOMENDAÇÕES:

21.1 – priorizar a migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos que é de 12% do acervo, de acordo com o plano de migração apresentado no PROAD 5876/2017;

21.2 – incluir em pauta todos os feitos que aguardam o encerramento da instrução processual, nada obstante, eventual entendimento posterior do Juízo de não ser necessária a audiência para a produção de provas, com o objetivo de tornar aferível a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelos MM. Juízes;

22 – DETERMINAÇÕES:



22.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

22.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

22.3 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

22.4 – acompanhar os vídeos de “Dicas da Corregedoria” referentes à atuação e procedimentos dos Órgãos jurisdicionais da 1ª Instância;

22.5 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

22.6 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

22.7 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

22.8 – utilizar regularmente as ferramentas Infoseg e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

22.9 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

22.10 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores



cadastrados nesse Regional;

22.11 – em 30 (trinta) dias, Diretor e Juízas deverão analisar todos os mandados pendentes de cumprimento, destacando eventuais atrasos injustificáveis e enviar plano de ação para eliminação desse Acervo (mediante Pedido Complementar no PROAD – PP nº 4338/2016), conforme a flexibilização de prazos prevista no Provimento GP CR 05/2015.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora recebeu a Ilustríssima Advogada Aparecida Teixeira Fonseca, OAB-SP 62.473, que registrou elogios para a Vara, tanto Magistrados e Servidores, especialmente Artur Benedito de Vasconcelos, Silvana Irma de Souza e o Diretor de Secretaria João Walter Ribeiro Correa Júnior.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMa. Juíza Titular Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan está autorizada a residir fora da jurisdição (Processo 0000303-75.2015.5.15.0897).

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Salete Yoshie Honma Barreira reside na sede da circunscrição.

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com as Magistradas sobre os resultados da Unidade, pauta de audiências e incentivo à mediação.

Na oportunidade, relatou a Exma. Juíza Titular os problemas pela falta de segurança, principalmente no período da noite, que enfrentam nas instalações da Vara. O prédio não se encontra protegido por grades ou vigias no período noturno, estando exposto a invasões e assaltos, como já tentados e ainda a instalação de moradores sem-teto que deixam os arredores cobertos de lixo, restos de comida e fezes, provocando mau cheiro e aspecto de abandono nos arredores. Esclareceu que já foi enviado ofício à Presidência do Tribunal solicitando providências com a colocação de grades, mas ainda se solução.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a



manifestação do Diretor(, pontualmente, com a ciência da Exma. Juíza Titular ou seu substituto, se o caso, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4338/2016.

25 – OFÍCIOS

Expeçam-se ofícios:

25.1 – ao CEJUSC a fim de solicitar, dentro da possibilidade, a criação de pauta para audiências de mediação na Vara de Trabalho de Indaiatuba, bem como que as audiências possam ser acompanhadas pelo servidor indicado para mediador na Unidade, como forma de treinamento;

25.2 – à Presidência deste Tribunal, para ciência acerca dos problemas com segurança nas instalações da Vara de Trabalho de Indaiatuba, bem como solicitando as providências que merecer para agilização da solução.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 6 de fevereiro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.